

**AO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO  
À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**RECURSO – ENVELOPE I  
Floresta Nacional do Amana - Lote III  
Processo 21000.077933/2021-06**

**INDÚSTRIA DE MADEIRAS PERONDI LTDA.**, já qualificada nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, por seus procuradores, requerer o que segue.

Conforme DOU de 06/06/2022, edição: 106, seção: 3, página: 3, foi publicado pelo Serviço Florestal Brasileiro o RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 1/2022, referente à fase de proposta técnica. No mesmo ato, ficou estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, conforme o artigo 109, I, b, da Lei nº 8.666, de 1993, contados na forma do artigo 110.

Sobre as empresas classificadas na UMF III, na qual concorre essa recorrente, diga-se:

- 1. AGRÍCOLA TANGARÁ LTDA. (CNPJ - 08.881.343/0001-14)  
BLUE TIMBER FLORESTAL LTDA. (CNPJ - 08.759.125/0001-01)  
FOREST ARK INVESTIMENTOS LTDA. (CNPJ - 74.002.056/0001-11)**

As três empresas apresentaram propostas com assinatura digital impressa. Todavia, conforme orienta o **SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados**, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei nº 4.516, com o objetivo de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da Administração Pública:

**Pode imprimir arquivo com assinatura (selo) ou como validar documento assinado digitalmente e depois impresso?**

**R: Não**, os documentos assinados digitalmente quando impressos perdem a (s) assinatura(s) a princípio não deve ser impresso. A validação depende de manter o documento em formato digital. Nos casos em que há uma necessidade imprescindível de imprimir um documento digital assinado o que pode ser feito é enviar/levar o documento digital à um cartório onde o documento será validado digitalmente, depois o cartório imprime o documento e pode reconhecer o documento como válido, o que obviamente envolve custo.<sup>1</sup>

Se o documento for originalmente eletrônico e já contar com assinaturas eletrônicas e/ou digitais, sua impressão não o tornará um documento físico, não sendo possível atestar a validade das assinaturas já inseridas. Juridicamente, uma assinatura só é reconhecida no meio em que foi originalmente criada. Se a intenção ao imprimir o documento assinado eletronicamente é fazer uma representação jurídica, isso não será possível, pois apenas o arquivo digital, com a assinatura eletrônica, carregará a validade jurídica.

---

<sup>1</sup> <https://www.serpro.gov.br/links-fixos-superiores/assinador-digital/assinador-serpro/duvidas-frequentes>

A **Medida Provisória 2.200-2**, de 2001, marco legal do tema, afirma desde o seu art. 1º, que o escopo da a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (a chamada ICP-Brasil) é o de garantir a “**validade jurídica de documentos em forma eletrônica**”. É disso que se trata. **Não há proteção legal para simples impressão de assinaturas digitais.**

A licitante **INDÚSTRIA DE MADEIRAS PERONDI LTDA.**, por exemplo, no Envelope 2 juntou documento impresso, mas acompanhado de mídia com o arquivo digital, para atender à regra de autenticidade no meio eletrônico.

Isso é o que afirmam, aliás, as próprias certificadoras. Cite-se a **BRy Tecnologia**, que implementou seu sistema em entidades como o Ministério Público Federal, e orienta nesse sentido:

“Ao imprimir um documento assinado digitalmente, o papel não é capaz de guardar os elementos criptográficos que garantem a autenticidade do arquivo. Dessa forma, a assinatura deixa de existir. O documento impresso sempre será apenas uma cópia não assinada e sem validade jurídica.”<sup>2</sup>

Por esse motivo, espera-se dessa Colenda Comissão Especial de Licitação que não dê tratamento igualitário a documentos com firma reconhecida àqueles que foram assinados por certificado digital, mas foram simplesmente impressos, faltando-lhes validade jurídica.

## **2. IRMÃOS SCHWEICKERT LTDA. (CNPJ - 10.742.769/0001-39) SANTA JÚLIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. (CNPJ - 10.796.596/0001-31)**

No caso dessas duas empresas, **não há nenhum tipo de autenticação** nas propostas. Essa é a lógica de todo o Edital: exige-se o reconhecimento de firma desde a concessão de poderes ao representante legal das empresas (item 6.1.2), nas declarações próprias (item 7.4.1), nos contratos com responsável técnico (item 7.4.2.14.2) e assim por diante.

Aliás, no Edital se afirma categoricamente (item 7.6.2) que serão aceitos documentos autenticados em cartório. Na verdade, conforme item 7.6, e em atendimento à Lei 13.726, de 8 de outubro de 2018, serão aceitos documentos originais ou cópias certificadas pela CEL/SFB. Ocorre que segundo a referida lei, dispensa-se o reconhecimento de firma em uma circunstância:

Art. 3º (...) I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;

Ou seja, ***apenas se as licitantes tivessem assinado as propostas perante a Comissão é que poderia ser dispensado o reconhecimento de firma***, comparando-a com documentos daquele cuja assinatura foi firmada. Caso contrário, vige normalmente a exigência legal e editalícia.

---

<sup>2</sup> <https://www.bry.com.br/blog/posso-imprimir-um-documento-assinado-digitalmente/>

Veja-se o caso da empresa IRMÃOS SCHWEICKERT LTDA. (CNPJ - 10.742.769/0001-39) representada na sessão por Paula Carolina dos Santos Correa (CPF: 027.050.112-69). A assinatura é de seu Sócio-Administrador, DARIO SCHWEICKERT, sem autenticação. Sem estar presente, nem mesmo em tese poderia ter sido realizado o procedimento previsto na Lei 13.726, art. 3º, inc. I.

Por não se tratar de documento secundário, mas da própria proposta técnica, que vincula a licitante, classifica as concorrentes, não se pode flexibilizar a exigência de autenticidade, fosse por simples certificado digital, por cartório, ou na forma prevista na Lei 13.726 de 2018.

### 3. RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI - CNPJ: 22.506.862/0001-23

Por fim, a proposta técnica da RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI foi assinada pelo Sr. Mauro da Silva Caldas (CPF: 740.123.552-87), que não consta formalmente (na Junta Comercial ou Receita Federal) como representante legal da mesma – a qual, apor ser EIRELI, tem uma só titular, Rebecca Vieira Dandolini Pepeter. Nenhum documento é hábil a comprovar poderes para tanto.

Segundo o **item 6.7 do Edital**, “*toda a documentação firmada por representante e apresentada pela licitante deve estar acompanhada de comprovação que respalde a competência do representante legal à época da emissão do documento*”. E no **item 10.6.6**, “*a ausência de data, assinatura ou rubrica na proposta técnica apresentada, somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão de abertura dos envelopes e com poderes para esse fim*”. Neste e nos demais casos, não poderia sequer se cogitar a correção pela ausência da representante legal.

Do exposto, a recorrente pugna perante essa Comissão, com base no Edital e nas normas vigentes citadas, conclusa pela **DESCCLASSIFICAÇÃO das propostas das licitantes:**

- **AGRÍCOLA TANGARÁ LTDA., BLUE TIMBER FLORESTAL LTDA. e FOREST ARK INVESTIMENTOS LTDA.**, por terem apresentado propostas com assinatura digital impressa, sem validade jurídica;

- **IRMÃOS SCHWEICKERT LTDA. e SANTA JÚLIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.**, por terem apresentado proposta técnica sem autenticação digital ou reconhecimento de firma;

- **RENASCER AGROINDUSTRIA EIRELI**, por ter apresentado proposta técnica assinada por pessoa distinta do(s) representante(s) legal(ais) da empresa.

Nestes termos, respeitosamente,  
Brasília, 13 de junho de 2022.



**Rogério Alves Vilela**  
OAB/DF 36.188



**Igor Gomes Rocha**  
OAB/DF 46.091